

rebeca



Revista Brasileira
de Estudos de
Cinema
e Audiovisual

Texto licenciado sob a forma de uma licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional



ID 1111

Dossiê Cinema e Colonialismo – Resenha

**As brancas nuvens não se desmancham no ar:
uma visão antirracista do colonialismo digital**

**Las nubes blancas no se disuelven en el aire:
una visión antirracista del colonialismo digital**

**The white clouds doesn't melt into thin air:
an anti-racist vision of digital colonialism**

Bruna Távora

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio pós-doutoral pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro (RJ). Brasil
E-mail: avora.bruna@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8545-4129>

Taynara Gregório Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro (RJ). Brasil.
E-mail: gregoriotaynara@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3987-474X>



Faustino, David; Lippold, Walter. *Colonialismo Digital - Por uma Crítica Hacker-Fanoniana*. São Paulo: Editora Boitempo, 2023.

Resumo: O livro apresenta o conceito de colonialismo digital em uma dupla dimensão: subjetiva e objetiva. Subjetiva, pois, ao abordar o aspecto da subsunção formal dos processos de produção e consumo, destacam que a cognição, o conhecimento e o comportamento social se constituem pela mediação de algoritmos racistas, presentes na totalidade das relações sociais. Objetiva, porque mostram que esse processo depende da exploração de recursos naturais presentes em territórios do Sul Global, o que reatualiza o racismo e a racialização. Escrito com a experiência da educação popular dos autores, o livro flui com uma clareza que facilita sua compreensão. Ao combinar conceitos do materialismo histórico e dialético e da literatura anticolonial, o estudo oferece uma ampla e rica discussão a respeito do colonialismo digital e como podemos enfrentá-lo.

Palavras-chave: Colonialismo digital; Capitalismo; Racismo; Big techs; Hackerativismo.

Resumen: El libro presenta el concepto de colonialismo digital en una doble dimensión: subjetiva y objetiva. Subjetiva, porque al abordar el aspecto de la subsunción formal de los procesos de producción y consumo, destaca que la cognición, el conocimiento y el comportamiento social se constituyen mediante la mediación de algoritmos racistas, presentes en la totalidad de las relaciones sociales. Objetiva, porque muestra que este proceso depende de la explotación de recursos naturales en territorios del Sur Global, lo que renueva el racismo y la racialización. Escrito con la experiencia en educación popular de los autores, el libro fluye con una claridad que facilita su comprensión. Al combinar conceptos del materialismo histórico y dialéctico y de la literatura anticolonial, el estudio ofrece una amplia y rica discusión sobre el colonialismo digital y cómo podemos enfrentarlo.

Palabras clave: Colonialismo digital; Capitalismo; Racismo; Big techs; Hackerativismo.

Abstract: The book presents the concept of digital colonialism in a dual dimension: subjective and objective. Subjective, because by addressing the aspect of the formal subsumption of production and consumption processes, it highlights that cognition, knowledge, and social behavior are constituted through the mediation of racist algorithms, present in the entirety of social relations. Objective, because it shows that this process depends on the exploitation of natural resources in territories of the Global South, which renews racism and racialization. Written with the authors' experience in popular education, the book flows with a clarity that facilitates understanding. By combining concepts from historical and dialectical materialism and anticolonial literature, the study offers a broad and rich discussion on digital colonialism and how we can confront it.

Keywords: Digital colonialism; Capitalism; Racism; Big techs; Hackeractivism.

Introdução

Deivison Faustino, também conhecido como Deivison Nkosi, é doutor pela Universidade de Connecticut e pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), com tese defendida sobre Frantz Fanon. Ele é também professor adjunto de Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e integra o movimento negro do *Grupo Kilombagem*. Sua trajetória abrange intervenção, militância e pesquisa sobre racismo institucional, racismo e sofrimento psíquico, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais e africanidades e produção intelectual de autores/as negros/as.

Walter Lippold é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também com tese defendida sobre Frantz Fanon. Atualmente, é professor do Curso Uniafro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares e pesquisador

pela FAPERJ do Projeto História Social das Propriedades e Direito de Acesso, no *Proprietas*, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense.

Neste livro, marcado pela posição ético-política dos autores, podemos ver uma escrita, ao mesmo tempo, sofisticada e engajada. Ao reivindicar o legado de Frantz Fanon (1925-1961) e de autores revolucionários como Kwame Nkrumah (1909-1972), Karl Marx (1818-1883) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), Lippold e Faustino reivindicam também a importância do posicionamento político e intelectual. Logo no início do texto, a negação de que a ciência, a tecnologia ou as redes seriam neutras dá o tom da análise, que se alinha à perspectiva de ruptura capitalista e da emancipação social.

O estudo está dividido em três partes. Na parte I, os autores apresentam os conceitos do materialismo histórico e dialético e da literatura anticolonial com os quais irão trabalhar, destacando as problemáticas macro estruturais do capitalismo de dados contemporâneo. Na parte II, a reflexão se volta para a constituição do colonialismo digital, explicando como suas práticas levam à necropolítica baseada no racismo algorítmico. Já na parte III, se apropriando do espírito *hackerativista*, a obra apresenta formas *hacker-fanonianas* para quebrar o sistema vigente.

Os autores trazem a densidade necessária para entender o colonialismo digital, que, embora fortemente marcado pela metáfora da “nuvem”, nada tem de evanescente ou fugaz. Como nos lembram, “o límpido e intangível só existe na interação umbilical com o poluído e concreto tangível” (Faustino e Lippold, 2023, p. 37). A falsa leveza induzida pela semântica metafórica da “nuvem” não condiz com o fardo do extrativismo predatório do colonialismo digital, explicado por eles como a “expressão objetiva (e subjetiva) da apropriação privada de tempos de trabalho de seres humanos, afastados dos meios de produção e forçados a sobreviverem mediante a alienação da sua força de trabalho” (Faustino e Lippold, 2023, p. 20). Objetiva porque, dentre outras coisas, para a economia dos dados existir é necessário explorar cobre, ferro e outras matérias-primas em terras do Sul Global.

O colonialismo digital

O colonialismo digital está relacionado ao atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que eleva o capitalismo a um patamar ainda mais exploratório do que nas fases anteriores deste sistema. Além da exploração de trabalho, de recursos e do tempo livre, exploram-se também comportamentos, emoções e até

mesmo o pensamento social. O aprofundamento da exploração se relaciona com a manipulação intencional da cognição humana, possibilitada por meio da arquitetura das redes, que permite a predição de gostos e comportamentos sociais.

O fenômeno em questão teve origem com o advento da microeletrônica, na virada da década de 1970, que permitiu a emergência de computadores pessoais e o desenvolvimento de nanotecnologias. Com a expansão das Tecnologias da Informação e da Comunicação na década de 1990, somado à ascensão da internet e a consolidação da rede mundial de computadores, ocorreu uma transformação radical da interação social.

Desde então, a interação humana passou a ser mediada intensivamente por *softwares* e algoritmos, expandindo a lógica capitalista para além da esfera produtiva e penetrando na esfera da reprodução social.

Trabalho, estudo, entretenimento, sociabilidade e sexualidade têm sido cada vez mais mediados por aplicativos e plataformas comandados pelas *Big Techs* do Vale do Silício. São programas proprietários que, além de monopolizar a comunicação, nos vigiam e mineram os dados e biodados que produzimos para vendê-los a valores maiores que o do ouro ou o do petróleo (Faustino e Lippold, 2023, p. 41).

Manipulação de dados e biodados compõem uma estrutura que enreda a todos nós. É tal manipulação que possibilita a chamada subsunção real (e não apenas formal) do tempo de vida e de trabalho, tempo que passa a ser mediado pelos diversos *apps* de diversão, socialização ou trabalho. Assim, cognição, lazer e conhecimento incorporados à lógica das *big techs* configuram a subsunção da subjetividade ao colonialismo digital.

A compreensão do conceito de subsunção é fundamental para compreender o colonialismo digital, conforme apresentado pelos autores. Marcos Dantas (2006), um dos autores citados por Lippold e Faustino, explica que a noção de subsunção formal, quando empregada por Karl Marx, está relacionada ao momento da passagem do artesanato para a manufatura, quando as máquinas incorporam o conhecimento coletivo dos trabalhadores “restando” para eles seguir as instruções da máquina.

Dantas (2006) explica que esta é uma forma mais avançada da relação capitalismo/indivíduo porque se trata, não apenas de integrar os trabalhadores em sistemas de produção, mas de integrá-los desde uma perspectiva subordinada e dependente das lógicas das máquinas, acarretando modificações em todo escopo da

interação social. Essa interação provoca a internalização de lógicas produtivas e sociais que são úteis à reprodução do capitalismo e que existem não apenas no momento *per se*, em que uma pessoa está trabalhando, mas na totalidade das relações sociais. Sua estruturação está organizada de tal forma que, hábitos, gostos e sociabilidade passam a ser mercantilizados.

No cotidiano, é possível ver como ferramentas de lazer e sociabilidade estão indissociáveis e até a mais banal das movimentações digitais requer a oferta de dados que são monetizados de maneira totalmente opaca. Dantas (2006) analisa que, ao conceituar a noção de subsunção real, Marx está apontando justamente o momento em que as relações capitalistas se generalizam a tal ponto que,

para a valorização, já não mais seria importante que um trabalhe “mais com a cabeça” e outro “mais com as mãos”, que este ou aquele estejam mais próximos ou mais distantes da máquina de trabalho. Importante é que todos os trabalhadores, inclusive “diretor”, “capataz”, se amalgamariam em um trabalho combinado que estaria não somente submetido, mas incorporado ao capital, “produzindo diretamente capital”. Na linguagem de Marx, tal caracterizaria a subsunção real do trabalho ao capital” (Dantas, 2006, p. 60).

Isso ocorre de maneira dissimulada e fragmentada por entre os diversos aplicativos e dispositivos interconectados em nossas tarefas cotidianas e sem as quais é (quase) impossível interagir socialmente. O tempo que passamos nas redes sociais, o uso compulsório de aplicativos para toda e qualquer tarefa cotidiana e a exigência em estar conectado para poder trabalhar permitem uma coleta de dados ininterrupta. São esses dados, que tratados e automatizados, alimentam os algoritmos, a criação de novos serviços e geram *insights* comercializados pelas *big techs* para todo tipo de setor econômico.

É nesta seara teórica que Lippold e Faustino explicam o colonialismo digital pela subsunção formal da sociedade ao capitalismo de dados. As implicações estão relacionadas não apenas às consequências disso para a sociabilidade e a cognição humanas, mas também à extração de dados e minérios necessários para montar essa infraestrutura.

Outra contribuição trazida pelos autores - e talvez ainda pouco explorada pela análise das tecnologias em geral - é que a estrutura das redes tem uma base fortemente



material. É na periferia do sistema, no chamado Sul Global, onde se extraem, a baixíssimos custos, não somente os dados, mas também os minérios e os recursos naturais, humanos e informacionais para a constituição dos *bits* e dos fios de cobre da economia das redes.

Por esta razão, os autores apontam que a atual organização do modo de produção capitalista - embora com diferenças em relação à sua gênese - atualiza e aprofunda as relações imperialistas descritas por Wladimir Lenin ([1917]/2021). Assim como antes, os países da África, Ásia e América Latina estão relegados a prover matérias-primas, ao uso de uma tecnologia retardatária, à oferta de subempregos pelas *big techs* e às legislações mais defasadas de extração de dados, metadados e biodados vitais dos cidadãos. É um

verdadeiro saque milionário de informações transformadas em ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, *expertise* e padrões sociais, quantificando parte fundamental das nossas vidas para melhor mercantilizá-las (Faustino e Lippold, 2023, p. 25).

A ideia de acumulação de dados é também uma referência à assim chamada “acumulação primitiva”, como escreveu Karl Marx ([1885]/2013) acerca do violento processo de instauração do modo de produção capitalista na virada para o século XVIII. Acumulação primitiva e acumulação de dados se relacionam pela forma intensa de apropriação/expropriação não paga do tempo e do trabalho das pessoas.

Outro aspecto relacionado à precarização do trabalho e das condições sociais é o fenômeno da “uberização” do trabalho (Abílio *et al.*, 2021), que aprofundou as condições de exploração e desigualdade social, e possibilitou uma oferta “*just-in-time*” de serviços como professores, entregadores, técnicos de informática, motoristas, etc. Essa nova dinâmica acarretou consequências na concorrência e no salário de diversas atividades profissionais que perderam seus direitos trabalhistas.

O *just-in-time* possibilitou também o que a autora Terezinha Ferrari (2012) chama de “fabrilização da cidade” (Ferrari, 2012). As ruas se convertem em grandes esteiras produtivas e, assim, o *just-in-time* “informacional-gerencial permite a sincronização cada vez mais precisa de tempos e espaços urbanos, a organização da vida social é subsumida às necessidades insaciáveis da diminuição do tempo de rotação e valorização de capitais” (Faustino e Lippold, 2023, p. 90).

Capitalismo, colonialismo e racismo

Dialogando com outros autores como van Dijck *et al.* (2020) e Abílio *et al.* (2021), Faustino e Lippold abordam diretamente o papel das *big techs* em diferentes esferas sociais e a reconfiguração que elas provocam. No setor financeiro, por exemplo, essas empresas consolidam uma nova ordem global em que o controle sobre os fluxos financeiros e de informação se torna central e monopolizado. A penetração das plataformas na infraestrutura do mundo financeiro a partir da datificação articulada com a financeirização e o neoliberalismo demonstram o enlace entre as esferas tecnológicas e econômicas na sociedade. Essas reconfigurações reformulam as relações de poder entre Estados e corporações, e também têm implicações profundas na esfera política, social e cultural.

Os autores defendem que o colonialismo digital não é uma mera figura de linguagem e sim um dos traços objetivos do estágio atual do capitalismo em que vivemos. Por meio da monopolização crescente de setores-chave da economia, especialmente através do controle de dados e serviços digitais, a concentração de poder econômico é intensificada.

O estudo defende que, apesar de entendido por alguns autores como uma mudança no sistema de exploração, o colonialismo não modifica a lógica da exploração. Ao contrário, reforça disparidades econômicas, já existentes entre países, além de perpetuar dinâmicas neocoloniais, em que o Sul Global é reduzido a mero fornecedor de recursos enquanto as *big techs* extraem valor e influência. Essa realidade estende-se, inclusive, ao mundo acadêmico, onde “ocorre uma verdadeira colonização das universidades em prol dos ditames das *big techs*, moldando pesquisadores já em sua formação, ‘parcerias’ entre as empresas e universidades, fundações público-privadas.” (Faustino e Lippold, 2023, p. 85).

O problema central estaria na transformação da atividade humana em dados colhidos, com ou sem o consentimento do usuário e, posteriormente, comercializados para determinar padrões de consumo e de práticas políticas. É deste modo que a expropriação de dados se tornou uma matéria-prima valiosa e configura um saque milionário perpetrado por corporações que transformam informações em ativos econômicos.

Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico e a onipresença das redes sociais redefinem a experiência humana, criam uma dependência que transcende a dicotomia homem *versus* máquina e obscurecem as fronteiras entre trabalho remunerado e não remunerado. Neste contexto, onde o trabalho intelectual domina, questionamentos sobre o papel da força de trabalho humana na valorização do capital emergem, enquanto

a privatização do social, a “uberização” e a plataformização das relações de trabalho (Abilio *et al.*, 2021) aprofundam as desigualdades sociais.

Usando o conceito de *necropolítica* proposto por Achille Mbembe (2011) em diálogo com Subhabrata Bobby Banerjee (2008), a obra explica que as poderosas corporações transnacionais são os principais agentes que submetem a vida ao poder da morte. Para Mbembe (2011), os avanços tecnológicos são aperfeiçoados pela dinâmica das guerras e ambos se atualizam por meio de mecanismos de privatização da indústria militar, uso de drones e pela ciberguerra.

Assim, as corporações seguem perpetuando a morte autorizada apenas para aqueles previamente marginalizados: os racializados. Retomando o significado fanoniano de colonialismo como a negação total da humanidade, as novas formas de guerra — agora operadas digitalmente, com precisão e, muitas vezes, à distância — matam negros, comunidades tradicionais, e minorias sociais com um *joystick*, sem comoção, nem crise ética.

Os autores também trazem uma visão crítica sobre a expressão “racismo algorítmico”, que se tornou muito popular no ativismo antirracista das redes. Faustino e Lippold defendem que o termo oculta que a autoria do racismo é de responsabilidade dos programadores que criam códigos, uma vez que “algoritmos são produções humanas e, portanto, atravessados por tradições, por valores subjetiva e intersubjetivamente partilhados, mas sobretudo com finalidades historicamente determinadas” (Faustino e Lippold, 2023, p. 147). Em contraponto, eles apresentam o conceito de algoritmos racializados.

A expansão do acesso à internet, embora tenha ampliado as possibilidades de visibilidade e colaboração, ainda perpetua desigualdades por meio dos algoritmos racializados. Um exemplo cotidiano, são os vários relatos do viés racista de ferramentas tecnológicas de identificação facial (Costa; Kremer, 2022) e a codificação naturalizada de discursos racistas.

O *hacktivismo* como saída

Para os autores, o imaginário utópico tecnológico do início da internet deu lugar “a um crepúsculo da liberdade na rede, ao subsumirem-se à plataformização da vida” (Faustino e Lippold, 2023, p. 166). No entanto, é preciso entender que a internet não é reduzida pelas redes sociais e pelas plataformas digitais. Desde o surgimento da rede, expressões de resistência coexistiram. Exatamente neste espaço, embora controlado por grandes monopólios, existe também a possibilidade de subversão.

Para isso, Faustino e Lippold afirmam que a perspectiva de Fanon sobre a revolução argelina é primordial, uma vez que o autor recusa uma visão neutra sobre a tecnologia e propõe o uso da ciência e tecnologia como ferramentas de emancipação. Acompanhando ainda as ideias de Fanon (1968), poderíamos dizer que o *hackativismo*, entendido como um ato anticolonial, pode provocar o que o autor revolucionário chama de “força purificadora”. Ao subverter a lógica colonizadora da internet, o *hackativismo* pode também liberar os grupos colonizados do sentimento de inferioridade (Fanon, 1968), provocando rupturas em termos de organização do saber, do conhecimento e da própria internet.

Em diálogo com o *hackativismo* anticapitalista, que historicamente utilizou técnicas de *hacking* para promover causas sociais e políticas e enfatizou a coletividade e a defesa dos direitos digitais, os autores argumentam que é necessário “descolonizar a tecnologia”. *Hackativismo*, como conceituado por Tim Jordan (2008) e Gabriella Coleman (2013), integra princípios de *hacking* com ativismo para desafiar estruturas de poder, como a filosofia dos *softwares* livres, que promove maior acesso à informação e importância da autonomia e soberania digital. Um exemplo da consequência dessas ações é a criação de sistemas operacionais livres, como o *Linux*, e, institucionalmente, a criação do Marco Civil da Internet no Brasil. A Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Brasil, 2014), defende a neutralidade da rede, a proteção da privacidade, a liberdade de expressão e o acesso à informação em territórios brasileiros. Esses pilares que buscam democratizar o uso da internet alinham-se com os esforços *hackativistas* de desafiar estruturas de poder e promover uma justiça social digital mais ampla.

Conclusão

O estudo realizado por Faustino e Lippold é um convite para que se abandone o fetiche e a tentativa de endeusar ou demonizar as redes sociais e as plataformas digitais, direcionando os esforços para questionar e entender o caráter social das tecnologias, bem como interrogando quais os usos sociais que atribuímos (ou devemos atribuir) a elas.

Escrito com a experiência da educação popular dos autores, o livro flui com uma clareza que facilita sua compreensão. Ao combinar conceitos do materialismo histórico e dialético com o conceito da literatura anticolonial, o estudo instiga e provoca, não apenas por apresentar uma perspectiva que desafia as narrativas dominantes, mas também por - estrategicamente - evitar a contextualização extensiva dessas teorias, sugerindo ao leitor que continue a investigação sobre o assunto por conta própria.

Assim, o livro se posiciona não apenas como uma reflexão, mas um convite para o desenvolvimento de futuras pesquisas e o aprofundamento da temática.

Com uma perspectiva crítica sobre colonialismo, racialidade e *hackativismo*, a análise se afasta das utopias tecnológicas que dominaram o início do século XX, ajudando a rejeitar metáforas fetichistas como a da nuvem, e buscando uma compreensão mais profunda e realista do colonialismo digital. Assim como Marx afirmou que “nem tudo que é sólido se desmancha no ar”, Faustino e Lippold nos ajudam a ver que as “brancas nuvens”¹ não serão dissipadas espontaneamente, e que somente reconfigurações provocadas por atos anticoloniais e antirracistas poderão mudar isso.

Ao reivindicar uma visão revolucionária e racializada dos fenômenos, inspirada pelos intelectuais do Sul Global, o livro abre caminhos para a construção de novas relações e usos para as tecnologias que permeiam as esferas política e social contemporâneas.

Referências

ABILIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n. 12, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, p. 44-72.

COLEMAN, Gabriella. **Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

COSTA, Ramon ; KREMER, Bianca. Inteligência artificial e discriminação: desafios e perspectivas para a proteção de grupos vulneráveis frente às tecnologias de reconhecimento facial. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 16, n.1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30899/dfj.v16i1.1316>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FANON, Frantz. **Sociologie d'une révolution**. Paris : Maspero, 1968.

¹O uso da expressão faz referência à noção consolidada da *nuvem* como espaço de armazenamento de dados. As “brancas nuvens” como metáfora ajuda a explicitar as relações de exploração e racismo envolvidas no contexto do colonialismo digital.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERRARI, Terezinha. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

JORDAN, Tim. **Hacking**: Digital Media and Technological Determinism. Cambridge: Polity Press, 2008.

LENIN, Wladimir. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2021. Trabalho original publicado em 1917.

MARX, Karl. **O Capital**: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885. Trabalho original publicado em 1885.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. Madri: Melusina, 2011.

VAN DIJCK, Jose; POELL, Thomas; NIEBORG, David. Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 22 n. 1 (2020): Janeiro/Abril. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

Recebido em: 22/03/2024 | Aprovado em: 11/06/2024